

TRIBUNA DA CIDADE

EDIMAR PIRENEUS

Marginalidade é falta de educação

Os noticiários que têm documentado a vida da Nação nos últimos anos registram um assustador crescimento da marginalidade que aponta para o caminho da convulsão social caso não sejam tomadas, de imediato, medidas contundentes e eficazes para conter a criminalidade e oferecer condições de trabalho e de sobrevivência à população.

A realidade do dia-a-dia comprova que a criminalidade não tem fronteiras de sexo ou de idade. São homens, mulheres, adolescentes e crianças envolvidos em todos os tipos de transgressões, onde não tem faltado, ao mesmo tempo, um ingrediente que tem ocupado cada vez mais espaço entre a população — as drogas.

A estatística de menores envolvidos com as drogas e a criminalidade no Distrito Federal é assustadora. Somente em Taguatinga e Ceilândia, por exemplo, cerca de duzentas crianças vivem nas ruas, onde se agrupam para uma prática que tem se tornado comum: cheirar cola, a droga que tem ajudado essas crianças a esquecer que não têm o amparo da família nem o ensino e a educação para lhes garantir o futuro.

Antes de lembrarmos que o direito ao bem-estar dessa parcela marginalizada da população está gravado tanto na Constituição brasileira quanto nas Declarações Universais dos Direitos Humanos e da Criança, sem falar no ainda recente Estatuto da Criança e do Adolescente, temos que tomar consciência de que o País não alcançará plenamente o desenvolvimento enquanto não investir maciçamente na erradicação da pobreza e da marginalidade.

Esse investimento, sem dúvida, deverá ser centrado no único caminho capaz de fazer com que o País cresça: a educação qualificada, em todos os níveis. Tenho defendido, sistematicamente, que a educação é a base do desenvolvimento e que, somente através do ensino qualificado, os trabalhadores poderão aperfeiçoar e valorizar o seu trabalho e ter acesso a melhores salários.



**Não há outro
caminho para o
País, a não ser
investir na
educação para
colocar um fim
à marginalidade**

É a partir do ensino qualificado, ao mesmo tempo, que tam-

bém as empresas terão condições de se aperfeiçoar, de investir na qualidade da produção e de oferta de trabalho para a população. Não há, portanto, outro caminho para o País, a não ser investir de forma decisiva na educação.

No Distrito Federal, esse investimento deve começar a partir do redirecionamento dos modelos de educação adotados nas áreas urbana e rural, hoje desvinculados das reais necessidades e da própria realidade da região. Essa inadequação é mais gritante na área rural, onde se aplica um modelo de ensino preparado para a cidade. Não se investe na qualificação do homem do campo, e muito menos na preparação de todos os segmentos da comunidade rural para o desenvolvimento da região.

Estamos defendendo, na Câmara Legislativa, para solucionar esse grave problema, o Projeto de Lei nº 162, que cria o Sistema Integrado de Ensino e Extensão Rural — O Sien Rural, cujo objetivo é integrar a população da área rural ao processo de desenvolvimento, através da educação integral e qualificada, e com o envolvimento de todas as instituições de ensino, saúde e extensão rural da região.

Para ampliar os benefícios da educação também na área urbana, estamos propondo, ao mesmo tempo, a criação do Proensino — o Sistema Cooperativo de Ensino, que prevê a participação ativa dos pais, dos alunos e da própria comunidade no processo educacional, direcionando-o para as necessidades da região. Estas, acredito, são algumas das medidas fundamentais para assegurar o fim da marginalidade social, a abertura de novas frentes de emprego e a melhoria da qualidade de vida e dos níveis do bem-estar da nossa população.

■ Edimar Pireneus é deputado distrital pelo PTR